



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Bandeirantes, 723 - CEP 38660-000 - BURITIS - Minas Gerais

LEI Nº 854/2001, de 11 de Junho de 2001.

Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas, e determina outras providências. – “Bolsa-Escola”.

O povo, por seus representantes aprova e o prefeito municipal sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica instituído, no âmbito deste Município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.

§.1º. São beneficiárias do programa instituído por esta Lei, as famílias com renda familiar *per capita* de até noventa reais mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculados em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.

§.2º. Para os fins do parágrafo anterior, considera-se:

I – família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;

II – para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União; e

III – para determinação da renda familiar *per capita*, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.

§.3º. O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda *per capita* fixado no § 1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.

Art.2º. O programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.

§.1º. O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para atingimento dos objetivos do programa.

§.2º. As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.

Art.3º. Fica o Poder Executivo municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”, instituído pelo Governo Federal.

§.1º. Fica o Poder Executivo municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Bandeirantes, 723 - CEP 38660-000 - BURITIS - Minas Gerais

§.2º. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, desempenhar as funções de responsabilidade do Município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”.

Art.4º. Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima com as seguintes competências:

- I** – acompanhar e avaliar a execução das ações definidas na forma do § 1º do art. 2º;
- II** – aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo municipal como beneficiárias do programa;
- III** – aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias;
- IV** – estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;
- V** – desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima – “Bolsa-Escola”;
- VI** – elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e
- VII** – exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

§.1º. O Conselho instituído nos termos deste artigo terá seis membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo chefe do Poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:

- I** – Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II** – Representante da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente;
- III** – Representante das Igrejas;
- IV** – Representantes dos Diretores das Escolas Municipais;
- V** – Representes dos Diretores da Escolas Estaduais;
- VI** – Representante das Associações Comunitárias

§.2º. O Presidente do Conselho será eleito entre os membros.

§.3º. A participação no conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvado o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.

§.4º. É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art.5º. Esta lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Buritis-MG, 11 de Junho de 2001.


JOSÉ VICENTE DAMASCENO
 Prefeito do Município de Buritis

Projeto de Lei nº 014/2001. Aprovado por =10= votos a favor e =00=votos contra. Sala das sessões 04/06/2001. Autor: Executivo Municipal.